

Dívida Externa

Clima favorável para um acordo com os credores

Não nos parece que será muito difícil ao Brasil chegar a um acordo com os credores externos no fim deste ano ou logo no início de 1987. O tempo é curto para que novos contratos sejam formalmente assinados, uma vez que deve ser obtido o assentimento prévio de centenas de instituições de diversos países, mas acreditamos que se chegue em breve a um entendimento básico sobre as condições para o reescalonamento do grosso da dívida.

Não se deve esquecer que, no início de 1986, o Brasil celebrou um acordo com os bancos internacionais para prorrogação de linhas comerciais e interbancárias por mais um ano, reescalonamento das amortizações do principal vencidas em 1985 e redução do "spread" cobrado sobre uma parcela da dívida. Como esse acordo está prestes a vencer, é de interesse mútuo que se faça um novo acerto sem mais demora.

O obstáculo para uma renegociação ampla continua sendo, como é sabido, a recusa do Brasil de submeter a sua economia a um

monitoramento por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI). Os bancos internacionais passaram por cima dessa questão no início de 1986, mas as autoridades monetárias brasileiras não ignoraram que banqueiros de diferentes países resistem à idéia de um acordo amplo sem o aval do Fundo.

O Brasil mantém sua posição, mas há sinais claros de que as relações do País com o FMI melhoraram sensivelmente nos últimos meses. Observe-se, a propósito, que, embora rejeitando a ingerência do Fundo na formulação da política econômica, o atual governo tem tido cuidado em evitar um confronto aberto com aquela instituição internacional. Dentro desse espírito, as autoridades brasileiras não deixaram de manter conversações, quando surgiram oportunidades para isso, com os dirigentes do Fundo, inclusive o diretor-gerente, Jacques de Larosière, que se está despedindo do cargo. E, como é previsto pelos estatutos da instituição, uma missão do FMI visitou o Brasil neste

ano para uma avaliação do comportamento da economia.

Segundo noticiou este jornal, uma fonte que teve acesso ao relatório dessa missão afirma que o trabalho não é antagônico nem negativo com relação ao Brasil. Ao contrário. Segundo a mesma fonte, o "staff" do Fundo teria mesmo feito um "esforço para ser simpático ao governo brasileiro".

Especulação inevitável é de que as recomendações do relatório quanto à necessidade de conter a demanda interna e de eliminar o déficit público tenham influído decisivamente sobre o "pacote" anunciado na última sexta-feira. Por momentosa que possa aparecer essa questão, ela nos parece irrelevante neste momento. O fato de o Brasil não aceitar o monitoramento pelo Fundo não quer dizer, em absoluto, que o governo seja obrigado a renunciar aos instrumentos que a instituição costuma recomendar. Como afirmamos em editorial anterior, a deterioração das contas externas nacionais é justificativa suficiente para as medidas de contenção e o governo deve ser congratulado

por tê-las tomado a tempo de prevenir uma crise cambial.

Em essência, a divergência com o FMI teve origem na sua antiga insistência na adoção de programas de ajuste que inibem o crescimento econômico. O governo brasileiro rejeitou essa tese, não só por palavras, como também por atos, mas certamente não esperava que a economia crescesse cerca de 11% neste ano, como estima o ministro da Fazenda. Medidas corretivas foram determinadas, mas não foi abandonada a meta de um crescimento compatível com a realidade social do País, como seria um incremento de 6% do produto real em 1987. E, ao que tudo indica, isso não é mais uma heresia para o FMI.

O que se espera, portanto, é que, sem um aval explícito, mas com a boa vontade do Fundo, o Brasil possa chegar a um acordo com o Clube de Paris, que se reúne em 15 de dezembro para reavaliar as perspectivas de negociação com o País. Essa será uma importante preliminar para um acordo com os bancos internacionais.